



**LEI COMPLEMENTAR N.º 481,
DE 29 DE AGOSTO DE 1986**

Partes vetadas pelo Senhor Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 481, de 29 de agosto de 1986, que dispõe sobre integração de Lançadores do extinto Departamento de Águas e Esgotos na série de classes de Auxiliar Administrativo Tributário.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de novembro de 1969), os seguintes dispositivos da Lei Complementar n.º 481, de 29 de agosto de 1986, da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 2.º — Poderão optar pela integração na série de classes de Auxiliar Administrativo Tributário, instituída pelo artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 446, de 22 de abril de 1986, e desde que satisfaçam a condição especificada no artigo 4.º desta lei complementar, os funcionários ocupantes de cargos de Escriturário, Encarregado de Setor (Administração Geral), Encarregado de Setor (Manutenção), Encarregado de Setor (Oficina), Encarregado de Setor (Turma), Encarregado de Setor (Operações), Encarregado de Setor (Arquivo), Encarregado de Setor (Crítica e Conferência Visual), Encarregado de Setor (Emissão Aviso-Guia) e Encarregado de Setor (Transcrição de Dados), Perfurador — Conferidor (Serviços Mecanizados), Operador (Serviços Mecanizados), Operador de Telecomunicações, Secretário e Oficial de Administração, Encarregado de Setor de Ajuizamento, pertencentes aos Subquadros de cargos do Quadro da Secretaria da Fazenda.

Artigo 3.º — Poderão optar pela integração na série de classes de Técnico Administrativo Tributário, instituída pelo artigo 4.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 446, de 22 de abril de 1986, e desde que satisfaçam a condição especificada no artigo 4.º desta lei complementar, os funcionários ocupantes de cargos de Agente do Serviço Civil, Chefe de Seção (Administração Geral), e Técnico de Administração, pertencentes aos Subquadros de cargos do Quadro da Secretaria da Fazenda.

Artigo 4.º — As opções de que tratam os artigos 1.º e 2.º serão facultadas aos titulares de cargos que, em 22 de abril de 1986, estavam lotados em unidades da Coordenação da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — O funcionário, servidor ou inativo, que pretender valer-se da opção facultada por esta lei complementar, deverá manifestá-la, perante a autoridade competente, dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

§ 2.º — Os títulos dos funcionários abrangidos por esta lei complementar serão apostilados pela autoridade competente.

Artigo 5.º — O disposto nos artigos 2.º e 3.º aplica-se também:

I — aos titulares de funções-atividades dos Subquadros de funções do Quadro da Secretaria da Fazenda, desde que satisfaçam a condição especificada no artigo 4.º;

II — aos inativos que, ao se aposentarem, estavam lotados em unidades da Coordenação da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda.

Artigo 6.º — Ao funcionário, servidor ou inativo, que fizer uso da opção facultada por esta lei complementar, aplicar-se-á, para fins de enquadramento, o disposto nos artigos 2.º, 4.º e 7.º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 446, de 22 de abril de 1986.

Artigo 7.º — O sistema retributivo de que trata a Lei Complementar n.º 446, de 22 de abril de 1986, aplica-se ao funcionário, servidor ou inativo, integrado, por opção acolhida por autoridade competente, nas séries de classes de Auxiliar Administrativo Tributário ou Técnico Administrativo Tributário.

Artigo 8.º — O inciso I do artigo 6.º da Lei Complementar n.º 446, de 22 de abril de 1986, passa a vigor com a redação seguinte:

"I — nos artigos 11, 12 e 14 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, aplicando-se, também, aos atuais Chefes de Seção da área da Coordenação da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, transformados, as disposições deste artigo."

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de outubro de 1986.

a) LUIZ CARLOS SANTOS — Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de outubro de 1986.

a) *Januário Juliano Júnior* — Diretor Geral

Ordens do dia

9 de outubro de 1986

239.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção nº 647, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Silveira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem consideradas como locais as ligações telefônicas efetuadas na Região Metropolitana da Grande São Paulo. Em anexo as Hócces de nºs 660 e 684, de 1985 e de nº 8, de 1986. Parecer nº 672, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

**PODER LEGISLATIVO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

10.ª Legislatura

2 - Discussão e votação da Moção nº 663, de 1985, apresentada pelo deputado Randal Juliano Garcia, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado "Distrito da Telesp" em Bragança Paulista. Parecer nº 683, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção nº 668, de 1985, apresentada pelo deputado Koyu Iha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem efetuados debates entre jornalistas, empresários de comunicações e órgãos representativos do setor para orientação do reexame da Lei da Imprensa. Parecer nº 257, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável.

4 - Discussão e votação da Moção nº 689, de 1985, apresentada pelo deputado Helió Cesar Rosas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser abolida a aposentadoria compulsória. Parecer nº 329, de 1986, da Comissão de Administração Pública, favorável.

5 - Discussão e votação da Moção nº 691, de 1985, apresentada pelo deputado Franco Baruselli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser construída nova agência do Banco do Brasil em Buritama. Parecer nº 675, de 1986, da Comissão de Obras Públicas, favorável.

6 - Discussão e votação da Moção nº 693, de 1985, apresentada pelo deputado Arthur Alves Pinto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criado o seguro de vida para os motoristas autônomos, com teto mínimo estabelecido por órgão competente. Parecer nº 1353, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável.

7 - Discussão e votação da Moção nº 698, de 1985, apresentada pelo deputado Carlos Apolinário, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser contida a propagação abusiva de cigarros e bebidas alcoólicas, através das emissoras de televisão. Parecer nº 463, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

8 - Discussão e votação da Moção nº 700, de 1985, apresentada pelo deputado Jorge Fernandes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as medidas que especifica com a finalidade de proteger a moralidade e eficiência da Previdência Social. Parecer nº 527, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

9 - Discussão e votação da Moção nº 12, de 1986, apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, apelando para os Srs. Presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal no sentido de ser concedida isenção de tributos federais e estaduais nas aquisições de veículos de passageiros destinados a portadores de deficiências físicas. Parecer nº 467, de 1986, da Comissão de Finanças, favorável.

10 - Discussão e votação da Moção nº 14, de 1986, apresentada pelo deputado Madri Heil, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser dispensado, aos credores dos conglomerados Comind, Auxiliar e Maisonave, tratamento igualitário àquele dispensado aos credores das instituições Sulbrasileiro e Habitacul. Parecer nº 1240, de 1986, da Comissão de Economia, contrário.

11 - Discussão e votação da Moção nº 24, de 1986, apresentada pelo deputado Luiz Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem concedidas vantagens, que especifica, ao trabalhador rural. Parecer nº 544, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

12 - Discussão e votação da Moção nº 25, de 1986, apresentada pelo deputado Walter Leães Soares, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser, o Município de Presidente Prudente, reclassificado da classe 4 para a classe 2, no Instituto de Resseguros do Brasil. Parecer nº 1385, de 1986, da Comissão de Assuntos Municipais, favorável.

13 - Discussão e votação da Moção nº 27, de 1986, apresentada pelo deputado Dália Pira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser assegurada aposentadoria integral aos 25 anos de trabalho, para a mulher brasileira. Parecer nº 545, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

14 - Discussão e votação da Moção nº 28, de 1986, apresentada pelo deputado Fausto Rocha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criada e instalada Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho, em Bebedouro. Parecer nº 742, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável.

15 - Discussão e votação da Moção nº 34, de 1986, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser pavimentada a Rodovia BR-101, no trecho entre o Município de Peruibe e a divisa do Paraná. Parecer nº 1056, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

16 - Discussão e votação da Moção nº 36, de 1986, apresentada pelo deputado Vicente Botta, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser mantido o Programa Nacional do Alcool, nos moldes atuais. Parecer nº 1239, de 1986, da Comissão de Economia, favorável.

17 - Discussão e votação da Moção nº 48, de 1986, apresentada pelo deputado Archimedes Lamoglia, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser implantado sistema de Discagem Direta à Distância em João Ramalho. Parecer nº 1197, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

18 - Discussão e votação da Moção nº 50, de 1986, apresentada pelo deputado Néi Tales, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser permitido ao trabalhador rural usufruir do seguro-desemprego. Parecer nº 915, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

19 - Discussão e votação da Moção nº 61, de 1986, apresentada pelo deputado Tonico Ramos, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 18-A, de 1985, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda distribuídos a operações de caráter cultural ou artístico. Parecer nº 744, de 1986, da Comissão de Finanças, favorável.

20 - Discussão e votação da Moção nº 68, de 1986, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada agência do INPS em Ffórida Paulista. Parecer nº 1550, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

21 - Discussão e votação da Moção nº 72, de 1986, apresentada pelo deputado Koyu Iha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser revista a fórmula de cálculo de proventos de inativos da Previdência Social, pelos índices de atualização do salário. Parecer nº 919, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

22 - Discussão e votação da Moção nº 77, de 1986, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser reativado o tráfego de trens expressos entre São Paulo e Santos. Parecer nº 1014, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

23 - Discussão e votação da Moção nº 108, de 1986, apresentada pelo deputado Waldyr Trigo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedida aposentadoria do marido ou companheiro que vier a falecer, à mulher trabalhadora rural. Parecer nº 1720, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

24 - Discussão e votação da Moção nº 114, de 1986, apresentada pelo deputado Expedito Soares, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado telefone público no

Jardim Santa Rita, em Diadema. Parecer nº 1171, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável, com emenda.

25 - Discussão e votação da Moção nº 117, de 1986, apresentada pelo deputado Paulo Sogayar, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser obrigada a assistência de um médico anestesiológico durante o parto normal das seguradas do INAMPS. Parecer nº 1384, de 1986, da Comissão de Saúde, favorável.

26 - Discussão e votação da Moção nº 118, de 1986, apresentada pelo deputado Ademir Scarpelli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem liberados, o projeto e o financiamento para as obras de infra-estrutura do Conjunto Residencial do Parque Miami e Jardim Rivieri, em Santo André. Parecer nº 1721, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

27 - Discussão e votação da Moção nº 121, de 1986, apresentada pelo deputado Carlos Apolinário, apelando para o Sr. Presidente do Senado no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 151, de 1985, que considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transporte e tratamento de lixo. Parecer nº 1430, de 1986, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

28 - Discussão e votação da Moção nº 126, de 1986, apresentada pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 665, de 1986, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem isentos do IPI os veículos de fabricação nacional adquiridos por viajantes comerciais.

29 - Discussão e votação da Moção nº 150, de 1986, apresentada pelo deputado Januário Mantelli Neto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas medidas objetivando melhorar a iluminação, sinalização e recapeamento da Rodovia Fernão Dias, no trecho entre a Capital e Bragança Paulista. Parecer nº 1354, de 1986, da Comissão de Transportes, favorável.

30 - Discussão e votação da Moção nº 151, de 1986, apresentada pelo deputado Evandro Mesquita, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser reduzido o prazo de entrega dos recursos pertencentes aos municípios, decorrentes de participação na arrecadação dos tributos federais. Parecer nº 1732, de 1986, da Comissão de Assuntos Municipais, favorável.

31 - Discussão e votação da Moção nº 152, de 1986, apresentada pelo deputado Geraldo Alickain, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instituída aposentadoria especial aos trabalhadores portadores de deficiência visual, após vinte e cinco anos de efetivo exercício, com proventos integrais. Parecer nº 1555, de 1986, da Comissão de Promoção Social, favorável.

32 - Discussão e votação da Moção nº 186, de 1986, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser destinada parte da arrecadação do ICM e do IPI, recolhidos em São Vicente, para a preservação dos monumentos históricos ali existentes. Parecer nº 1599, de 1986, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

9 de outubro de 1986

240.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de lei Complementar nº 71, de 1986, apresentado pelo Primeiro Tribunal de Alcada Civil, dispondo sobre a criação de cargos no Quadro da Secretaria daquele Tribunal. Pareceres nºs 2067 e 2068, de 1986, respectivamente das Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 300, de 1986, apresentado pelo deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dispondo sobre o transporte e o armazenamento de cargas perigosas no Estado. Pareceres nºs 2039 e 2040, de 1986, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 449, de 1986, apresentado pelo deputado Paulo Sogayar, incluindo no calendário turístico do Estado a "Romaria de Santo Amaro a Pirapora do Bom Jesus". Parecer nº 2021, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 2022, de 1986, da Comissão de Esportes e Turismo, favorável ao projeto e à emenda.

2 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 456, de 1985, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, declarando de utilidade pública o "Círculo de Amigos do Menino Patrolheiro de Limeira", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2055, de 1986.

3 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 91, de 1986, apresentado pelo deputado José Yunes, declarando de utilidade pública o "Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho - IBEAC", na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2050, de 1986.

4 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 172, de 1986, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Professora Maria Isabel Grudice de Albuquerque Cavalcanti" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) Parque Santa Bárbara, em Campinas. Parecer nº 1077, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 1078, de 1986.

5 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 289, de 1986, apresentado pelo deputado Archimedes Lamoglia, declarando de utilidade pública o "Clube de Pesca Amador Unidos de Pinheiros", na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 2049, de 1986.

6 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 372, de 1986, apresentado pelo deputado Ademar de Barros, dando a denominação de "Vereador José Lopes de Souza" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Sítio Durigan, em Ibirá. Parecer nº 2031, de 1986, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 2032, de 1986.

Pauta

9 de outubro de 1986

239.ª Sessão Ordinária

Em Pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno

1 - Moção nº 335, de 1986, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido